

MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO  
Juíza do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região; Professora de  
Direito Processo do Trabalho; Mestre em Direito; Doutoranda em  
Direito; Professora; universitária e de pós-graduação; Professora com  
vasta experiência na preparação para concursos públicos.

## **Processo do Trabalho**

Série Resumos

FORTIUM

Brasília; DF

**331:347.9(81)**  
**R484pr**



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - CIP Fortium  
Editora

Ribeiro, Márcia Mazoni Cúrcio.

Processo do Trabalho / Márcia Mazoni Cúrcio Ribeiro. - Brasília :  
Fortium, 2005.

204 p. ; 14 x 21 cm. - (Série Resumos) ISBN : 85-98993-38-7

1. Direito processual. 2. Direito do trabalho. 3. Justiça do trabalho. 4.  
Execução trabalhistas. II. Título, II. Série.

CDU 349.2:331.109 © Fortium Editora, 2005

**331:347.9(81)**  
**R484pr**



## Sumário

<b>Definição de processo</b>	9
<b>Capítulo 1. Mediação, arbitragem e comissões de conciliação prévia nos conflitos trabalhistas</b>	11
1.1 Mediação	12
1.2 Arbitragem	12
1.3 Comissões de conciliação prévia	14
<b>capítulo 2. O poder normativo da Justiça do Trabalho</b>	19
<b>capítulo 3. Processo Judicial Trabalhista</b>	21
3.1 Princípios do direito processual do trabalho	22
3.1.1 Princípio do dispositivo	22
3.1.2 Princípio do inquisitório ou do inquisitivo	23
3.1.3 Princípios da concentração, oralidade, imediatidade e celeridade	24
3.1.4 Princípio da economia processual	26
3.1.5 Princípio da eventualidade	26
3.1.6 Princípio do contraditório	27
3.1.7 Princípio do <i>ius postulandi</i>	27
3.1.8 Princípio do duplo grau de jurisdição	28
3.1.9 Princípio da gratuidade	28
3.1.10 Princípio da conciliação obrigatória	29
3.1.11 Princípio da inversão do ônus da prova	30
3.1.12 Princípio da continuidade do pacto laboral	30
3.1.13 Princípio de proteção ao hipossuficiente	30
3.1.14 Princípio da publicidade	30
3.1.15 Princípio da jurisdição normativa	31
3.1.16 Princípio da despersionalização do empregador	31
3.1.17 Princípio da irrecorribilidade das decisões interlocutórias	32
3.1.18 Princípio da boa-fé	32
3.1.19 Princípio do respeito à pessoa humana	32
3.1.20 Princípio social do direito	32
<b>capítulo 4. Organização e funcionamento da Justiça do Trabalho</b>	33
4.1 Tribunal Superior do Trabalho	34
4.2 Tribunais Regionais do Trabalho	39
4.2.1 Competência funcional	42
4.2.2 Varas do Trabalho	43

**331:347.9(81)  
R484pr**



4.2.3 Juízos de Direito	45
4.2.4 Órgãos auxiliares	45
<b>capítulo 5. Jurisdição e competência</b>	<b>49</b>
5.1 jurisdição	50
5.2 Competência	50
5.2.1 Critérios de fixação	51
5.2.1.1 Em razão do local	51
5.2.1.2 Em razão das pessoas	53
5.2.1.3 Em razão da matéria	54
5.2.1.4 Em razão da pessoa	56
5.2.2 Conflitos de competência	58
<b>capítulo 6. Atos, termos e prazos processuais</b>	<b>61</b>
6.1 Ato processual	62
6.1.1 Forma dos atos processuais	62
6.2 Termos processuais	63
6.3 Prazos processuais	64
6.3.1 Contagem de prazo	67
6.3.2 Prazo para recurso	70
6.4 Comunicação dos Atos Processuais	71
6.4.1 Formas	73
<b>capítulo 7. Das partes, sua representação e seus procuradores</b>	<b>77</b>
7.1 Representação e assistência	78
7.1.1 Representação do empregador	79
7.1.2 Representação do empregado	80
7.1.3 Representação por litisconsorte	80
7.1.4 Substituição processual	81
7.1.5 Sucessão das partes	83
7.1.6 Intervenção de terceiros	83
7.1.7 Intervenção voluntária - adesiva ou assistencial	83
7.1.8 Intervenção principal ou oposição	84
7.1.9 Intervenção necessária	85
7.1.9.1 Nomeação à autoria	85
7.1.9.2 Denúnciação da lide - art 70 do CPC	85
7.1.9.3 Chamamento ao processo	86
7.1.10 Patrocínio profissional - art 791, § 1ª e 2ª /CLT	86
7.2 Litigância de má-fé	87

**331:347.9(81)**  
**R484pr**



<b>capítulo 8. Nulidades – noções</b>	89
8.1 Iniciativa de arguição	90
8.2 Oportunidade de arguição	91
8.3 Comissões de Conciliação Prévia	91
<b>capítulo 9. Dissídios individuais</b>	95
9.1 Formas de proposição da ação	97
9.2 Requisitos da Reclamatória	97
9.3 Petição inicial	98
9.4 Audiências	99
9.5 Defesa	101
9.6 Das exceções	102
9.7 Da reconvenção	103
9.8 Conciliação	103
9.9 Fase probatória	104
9.9.1 Princípios gerais da prova	104
9.9.2 Objeto da prova	105
9.9.3 Momento da produção das provas	107
9.9.4 Ônus da prova	107
9.9.5 Exibição da coisa ou documentos	108
9.9.6 Meios de prova	109
9.9.6.1 Depoimento pessoal	109
9.9.6.2 Advogado e preposto	110
9.9.6.3 Depoimento do menor	111
9.9.6.4 Utilização de intérprete	111
9.9.6.5 Documentos	111
9.9.6.6 Incidente de falsidade	112
9.9.6.7 Recibo de quitação	112
9.9.6.8 Excusados de depor	114
9.9.6.9 Prova pericial	115
9.9.6.10 Inspeção judicial	115
9.9.6.11 Suspensão e extinção antecipada do processo	116
9.9.6.12 Extinção antecipada do processo	116
9.10 Fase decisória	117
9.10.1 Conversão do julgamento em diligência	117
9.10.2 Sentença	117
9.10.2.1 Tipos de sentença - classificação	118
9.11 Intimação relativa ao julgamento	121
9.12 Cassação dos efeitos	121

**331:347.9(81)**  
**R484pr**



<b>capítulo 10. Rito Sumaríssimo</b>	123
<b>capítulo 11. Inquérito trabalhista para a apuração de falta grave</b>	127
<b>capítulo 12. Execução trabalhista</b>	129
12.1 Liquidação por cálculos	131
12.2 Liquidação por arbitramento	132
12.3 Liquidação por artigos	133
<b>capítulo 13. Recursos trabalhistas</b>	141
13.1 Considerações iniciais	142
13.2 Pressupostos recursais	142
13.3 Efeitos dos recursos	144
13.4 Recurso adesivo	145
13.5 Recursos admitidos no Processo do Trabalho	146
13.5.1 Recurso Ordinário	146
13.5.2 Recurso de Revista	147
13.5.3 Embargos de Declaração	150
13.5.4 Agravo de Instrumento	150
13.5.5 Agravo de Petição	151
13.5.6 Embargos Infringentes	152
13.5.7 Embargos	153
13.5.8 Agravo Regimental	154
13.5.9 Pedido de Revisão de Valor de Alçada	154
13.5.10 Reclamação Correccional	154
<b>capítulo 14. Ação Rescisória</b>	155
14.1 Rescisória da Ação Rescisória	160
capítulo 15 Dissídios coletivos	185
capítulo 16 Ação Civil Pública	189
capítulo 17 Ação Civil Coletiva	195
capítulo 18 Ação Anulatória	197
<b>Bibliografia consultada</b>	199

**331:347.9(81)  
R484pr**

